

O ICMS *Ecológico* EM **10 ANOS**:

*avanços da qualidade
ambiental no estado
do Rio de Janeiro*

O ICMS Ecológico em 10 anos: avanços da qualidade ambiental no estado do Rio de Janeiro

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador do Estado do Rio de Janeiro

Wilson José Witzel

Vice-Governador

Cláudio Bomfim de Castro e Silva

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação

Leonardo Rodrigues

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS

Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Altineu Côrtes Freitas Coutinho

Subsecretário de Conservação da Biodiversidade e Mudanças do Clima – SUBCON – SEAS

Antonio Marcos Barreto

Superintendência de Conservação Ambiental – SUPCON -SEAS

Arcenio Jubim da Silva Júnior

Instituto Estadual do Ambiente - INEA

Presidência

Carlos Henrique Netto Vaz

Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ

Presidência

Reinaldo Lopes

Centro de Estatísticas Estudos e Pesquisas – CEEP

Diretora

Luciana Souza da Silveira

Coordenação de Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Coordenador

Yuri Guedes Maia

Equipe Técnica

Claudia Jakeline Barbosa e Silva

Daniel Viggiano Lago

Helena Patena Mendonça Vieira

Maria Zélia Maia Mariano

Matheus Augusto dos Santos

Yuri Guedes Maia

2ª edição

Análises dos Recursos Repassados aos Municípios



Sumário

Introdução	5
Metodologia	6
Resultados	8
Conclusão	19
Material Suplementar	20

Introdução

O ICMS Ecológico como política pública vem incentivando os municípios do estado do Rio de Janeiro (ERJ) a promoverem investimentos e uma melhor gestão em conservação ambiental e desenvolvimento sustentável desde 2007, com os primeiros repasses de verba a partir de 2009. Nesse ano, a verba destinada ao ICMS Ecológico era de 1% do ICMS. Em 2010, esse valor subiu para 1,8%; e em 2012, para 2,5%, valor que se mantém até os dias hoje.

Dentro das regras previstas pelo decreto, a Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Fundação CEPERJ) calcula o Índice Final de Conservação Ambiental (IFCA) e encaminha para Secretaria de Fazenda do estado do Rio de Janeiro (SEFAZ), para compor as outras cotas do ICMS e pagamento durante o ano. Utilizando esses dados analisamos a arrecadação entre os anos de 2012 a 2019, e calculamos a estimativa do ano de 2020.

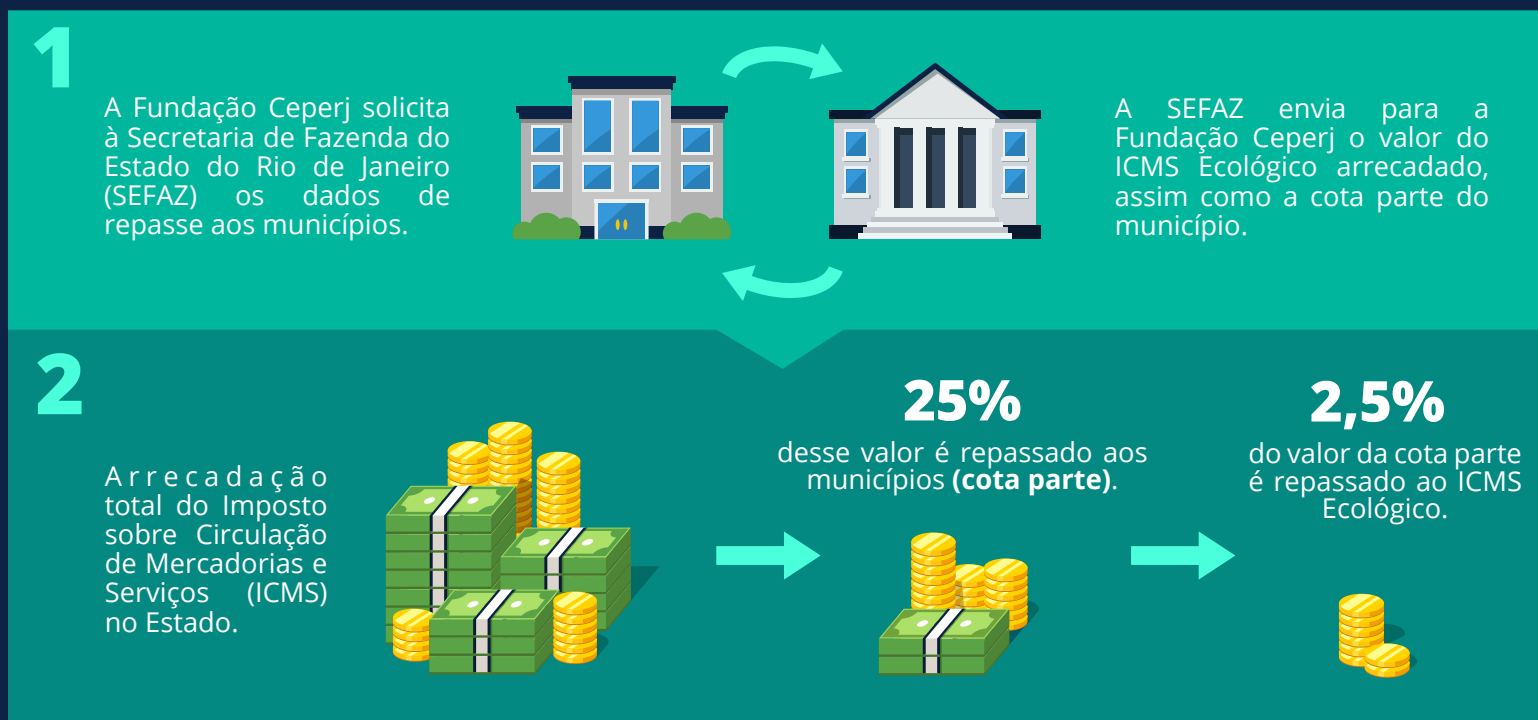
Dando continuidade na programação da comemoração dos 10 anos do ICMS Ecológico, a Fundação CEPERJ traz o presente estudo com o objetivo de analisar os valores repassados aos municípios entre 2012 e 2019, comparar os valores reais com os valores estimados de 2012 a 2019 e destacar os municípios que obtiveram as maiores arrecadações entre os anos avaliados. Além de analisar a evolução do montante arrecadado por cada categoria do ICMS Ecológico e destacar os municípios que mais arrecadaram em cada uma delas.

Metodologia

• Repasse

O valor de repasse foi calculado a partir dos dados disponibilizados pela SEFAZ para a Fundação CEPERJ com o valor total repassado aos municípios (cota parte) nos anos de 2012 até 2019, equivalentes a 25% da arrecadação total do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Estado. Desta parcela 2,5% são utilizados como referência para o cálculo dos valores de repasse referentes ao ICMS ecológico.

O valor do ICMS Ecológico arrecadado em 2018 foi obtido pela SEFAZ e enviado para a Fundação CEPERJ, assim como a cota parte do município. O valor repassado de ICMS Ecológico é 2,5% da cota parte.



Metodologia

Os valores repassados pelo ICMS Ecológico aos municípios durante o ano fiscal são calculados de acordo com a pontuação do Índice Final de Conservação Ambiental no ano de cálculo. O IFCA é o percentual que representa a parcela de participação de cada município dentro do ICMS ecológico, calculado a partir das pontuações obtidas pelos municípios em cada critério avaliado no ICMS Ecológico (áreas protegidas, recursos hídricos, e resíduos sólidos urbanos).

Por exemplo: Para Angra dos Reis, o valor total repassado no ano de 2018 de ICMS ecológico, corresponde a 2,6994% (valor do IFCA 2017) do valor total da verba destinada ao ICMS Ecológico daquele ano, equivalendo a R\$ 6.136.899,20.

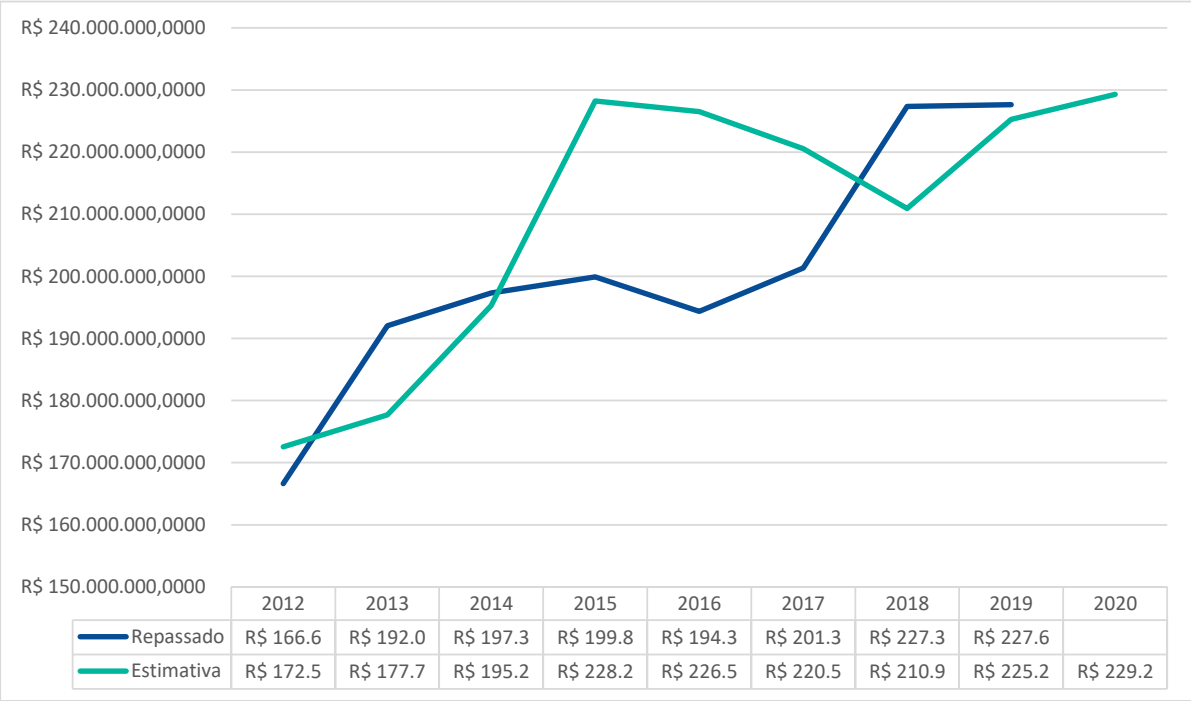
- **Estimativa**

Os valores de 2012 a 2019 são os pagamentos referentes à parcela de ICMS Ecológico aos municípios, efetuados pela SEFAZ. Os valores de 2020 referentes ao ICMS Ecológico são estimados e calculados a partir da lei das diretrizes orçamentárias, ou seja, é um valor que não foi de fato repassado aos municípios pela fazenda e utilizado pelos municípios na sua organização orçamentária e tomadas de decisões.

Resultados

O total repassado a todos os municípios de 2012 a 2019 chega ao valor de R\$ 1.606.590.735,78, enquanto o valor estimado de ICMS Ecológico do ano de 2020 chega a R\$ 229.300.951, 28. O *gráfico 01* mostra a evolução dos valores repassados de ICMS Ecológico ano a ano, em comparação à estimativa.

Gráfico 01 - Valores de Repasse do ICMS Ecológico de 2012 a 2019, e Estimativa de 2012 a 2020

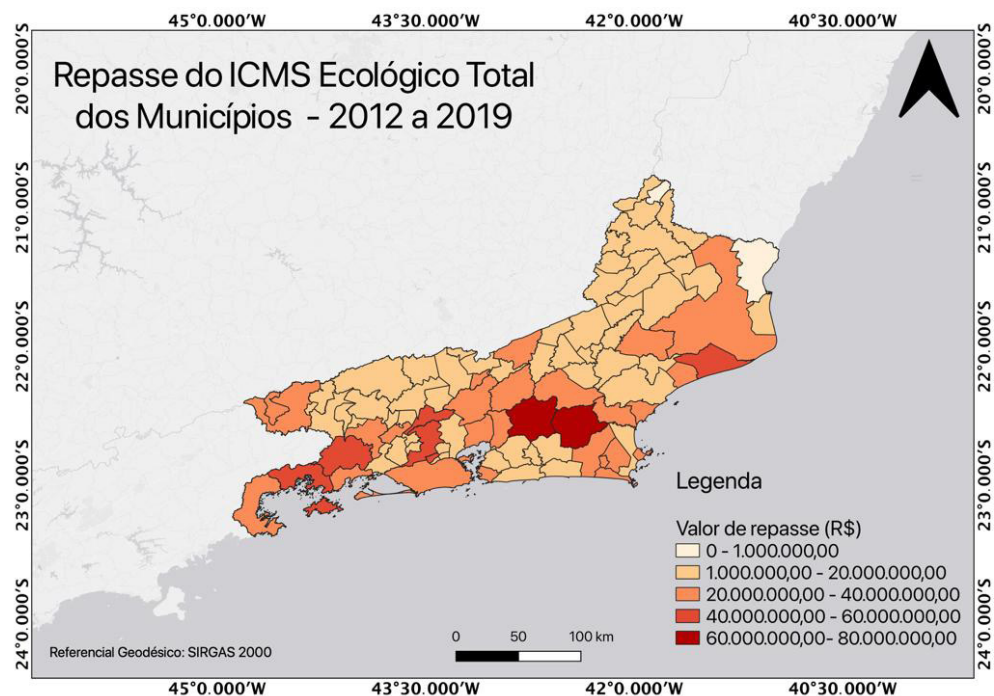


Resultados

Apesar da queda em 2016, os valores repassados tendem a um crescimento ano a ano, atingindo valor máximo no ano de 2019, e a estimativa estando correta, 2020 será o ano de maior repasse de verba já registrado. Caso essa tendência continue, será cada vez mais atrativo aos municípios participarem do ICMS Ecológico, aumentando seus investimentos e melhorando a gestão dos critérios avaliados.

O *mapa 01* apresenta os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro com o somatório dos repasses entre 2012 e 2019. Dessa maneira, é possível observar a distribuição dos repasses entre as regiões administrativas do Estado, e comparar os municípios inseridos nelas.

Mapa 01 – Total dos Repasses Municipais do ICMS Ecológico de 2012 até 2019



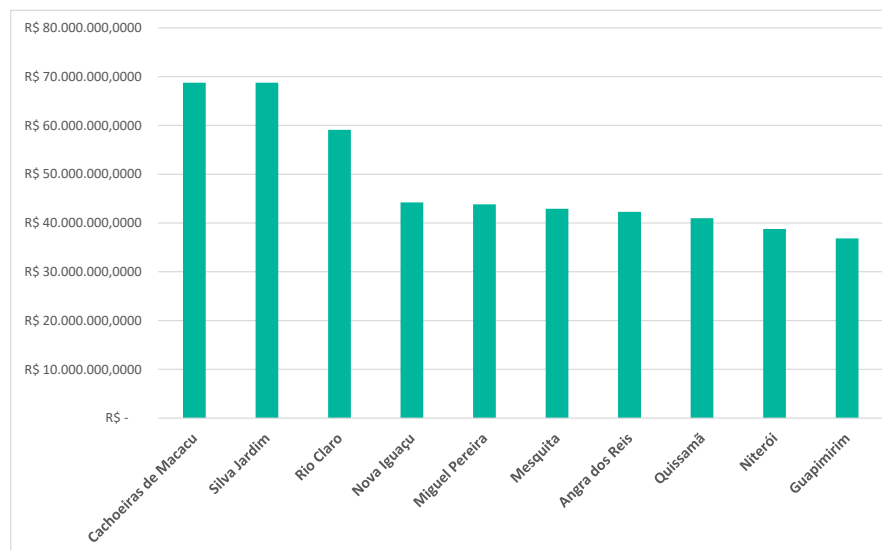
Resultados

A maioria dos municípios do Rio de Janeiro concentrou repasses entre 1 e 20 milhões de reais. No mapa é possível observar que as regiões que mais concentram verba do repasse do ICMS Ecológico estão na área costeira do Estado, como a Costa Verde, a Região Metropolitana, as Baixadas Litorâneas, e o Norte Fluminense. Regiões do interior como o Centro-Sul e o Noroeste Fluminense receberam menores repasses ao longo dos anos.

Entre os municípios que se destacaram nesses oito anos avaliados, cinco estão localizados na Região Metropolitana (Cachoeiras de Macacu; Nova Iguaçu; Mesquita; Niterói; Guapimirim), um na Baixada Litorânea (Silva Jardim), um na Região do Médio Paraíba (Rio Claro), um na Região Centro-Sul (Miguel Pereira), um na Região da Costa Verde (Angra dos Reis), e um no Norte Fluminense (Quissamã).

O *gráfico 02* demonstra o total arrecadado por esses municípios durante esse período.

Gráfico 02 – Total das Maiores Arrecadações entre Municípios no ICMS Ecológico de 2012 a 2019



Resultados

Os municípios de Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim arrecadaram cerca de 70 milhões de reais através de repasses do ICMS Ecológico entre 2012 e 2019, sendo os de maiores arrecadações ao longo desses anos. Logo em seguida, o município de Rio Claro, com cerca de 60 milhões. Os municípios de Nova Iguaçu, Miguel Pereira, Mesquita, Angra dos Reis, Quissamã, Niterói, e Guapimirim, arrecadaram cerca de 40 milhões cada nesses anos avaliados.

A *tabela 05* apresenta os totais repassados através de cada categoria entre os anos de 2012 e 2019, esses valores variam de acordo com os pesos do cálculo do ICMS Ecológico. Por conta dos pesos, as Áreas Protegidas, superaram os 500 milhões de reais, sendo a categoria de maior repasse. Em seguida, Tratamento de Esgoto, e Destinação de Resíduos, com mais de 300 milhões cada. A categoria de menor repasse é a de Remediação de Vazadouros, única com menos de 100 milhões, já que corresponde apenas a 5% dos repasses.

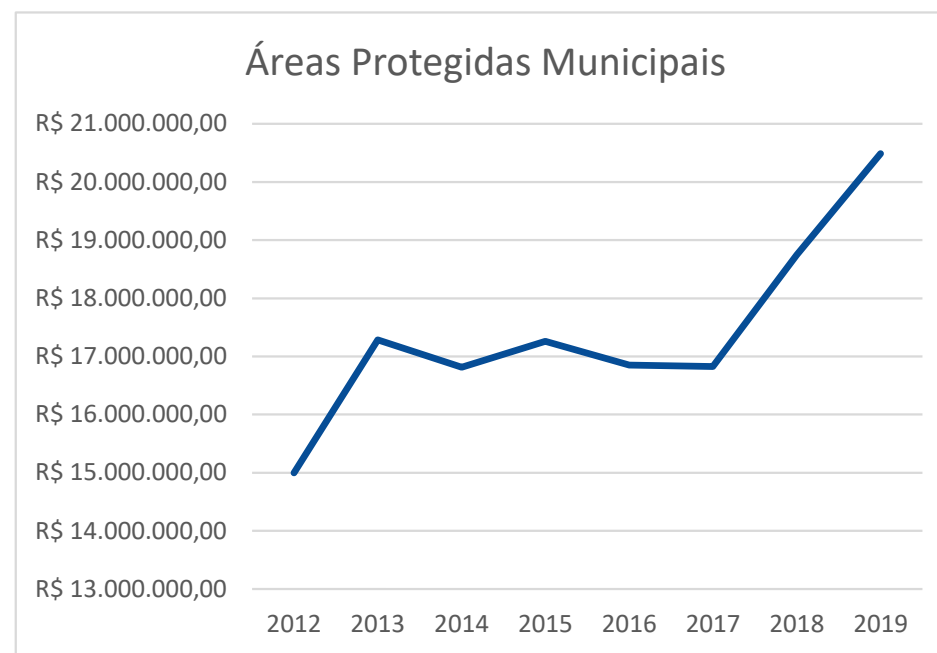
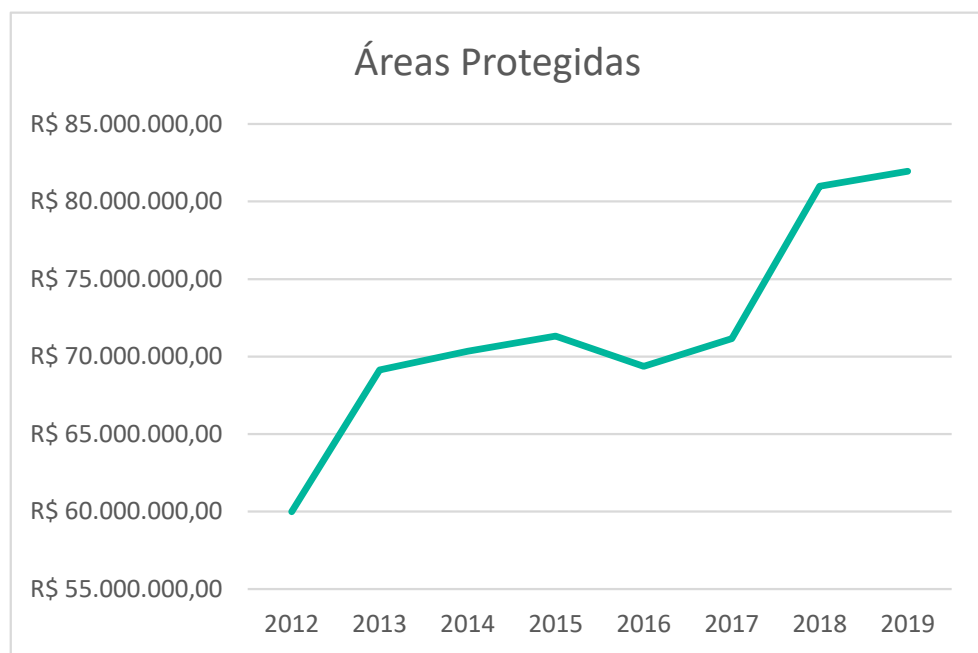
Tabela 05 – Total arrecadado por categoria

Categoria	Subcategoria	Total por Categoria	Total por Subcategoria	Pesos
Recursos Hídricos	Mananciais	R\$ 501.043.043,46	R\$ 185.985.576,53	10%
	Tratamento de Esgoto		R\$ 315.057.466,93	20%
Resíduos Sólidos Urbanos	Destinação de Resíduos	R\$ 392.053.974,81	R\$ 313.828.003,22	20%
	Remediação de Vazadouros		R\$ 78.225.971,59	5%
Áreas Protegidas	Áreas Protegidas	R\$ 713.493.717,50	R\$ 574.222.165,20	36%
	Áreas Protegidas Municipais		R\$ 139.271.527,19	9%

Resultados

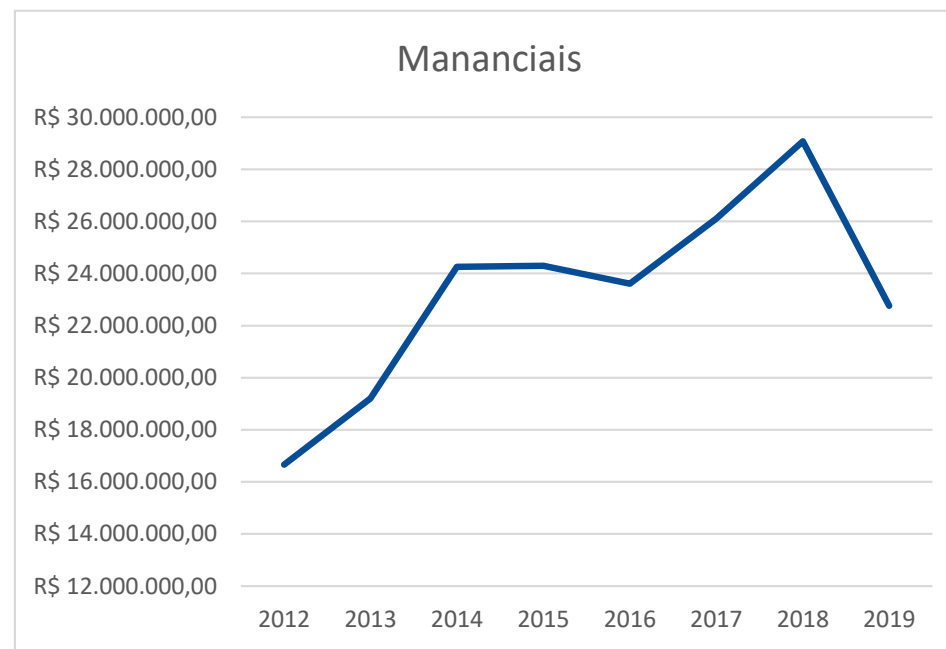
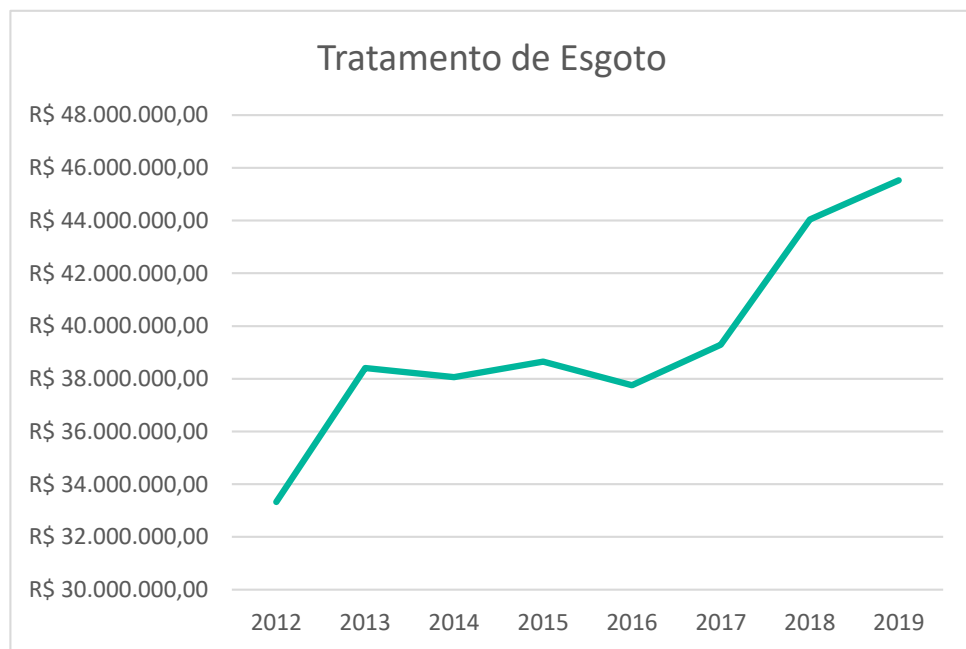
O *Painel 01* mostra a evolução individual dos critérios do ICMS Ecológico: Unidades de Conservação; Unidades de Conservação Municipais; Mananciais de Abastecimento; Tratamento de Esgoto; Destinação de Resíduos Sólidos Urbanos; Remediação de Vazadouros ao longo dos anos. Para as áreas protegidas, o índice que avalia apenas as municipais possui peso de 9%, enquanto o que avalia todas as áreas possui peso de 36%; para recursos hídricos, mananciais contribui com 10%, e tratamento de esgoto 20%; para resíduos sólidos, destinação de resíduos contribui com 20%, e remediação de vazadouros com 5%; assim totalizando 100%.

Painel 01 – Evolução do repasse por categoria de 2012 a 2019



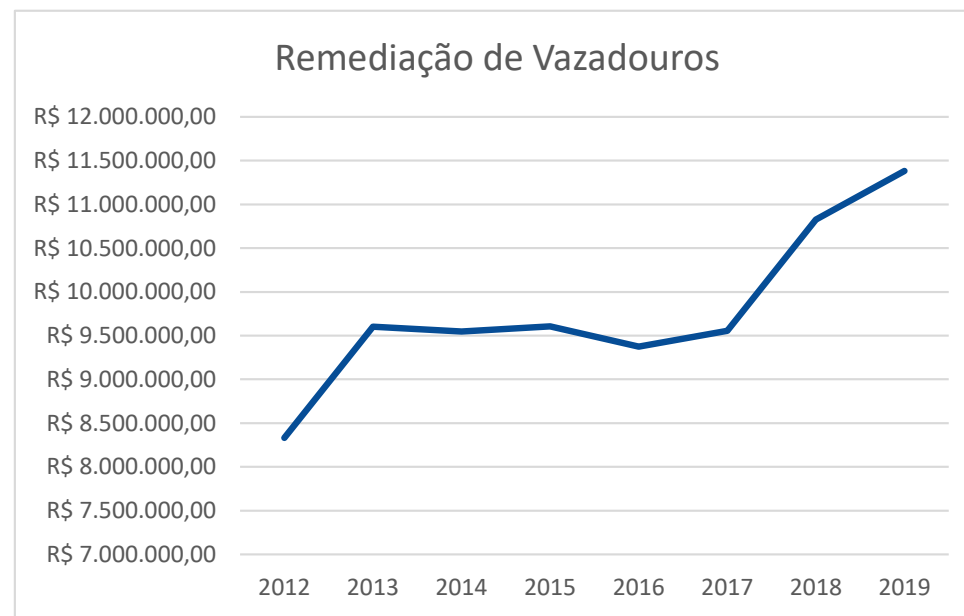
Resultados

Painel 01 – Evolução do repasse por categoria de 2012 a 2019



Resultados

Painel 01 – Evolução do repasse por categoria de 2012 a 2019



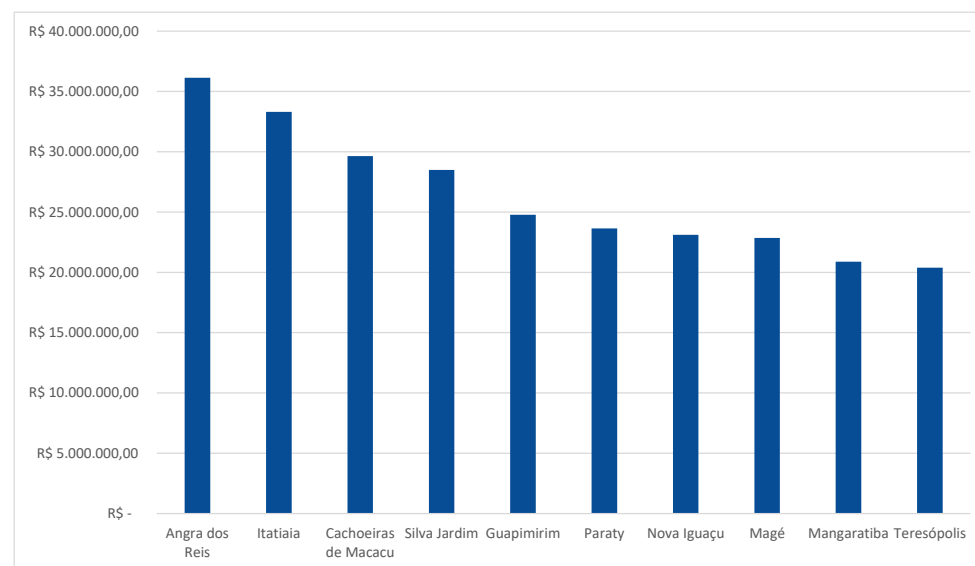
Resultados

Analisando tópico por tópico, podemos perceber que as arrecadações de cada município variam de acordo com sua capacidade de gerir adequadamente, e de investir em conservação. Além disso, alguns critérios estão sujeitos à localização geográfica daqueles municípios, como o caso dos Mananciais de Abastecimento, categoria com menor número de municípios participantes. Alguns municípios possuem maior capacidade de investimento em estratégias de gestão que dependem de recursos financeiros, como o caso das Estações de Tratamento de Esgoto. No caso das Unidades de Conservação, por uma questão territorial, nem todos os municípios possuem capacidade de criar grandes hectares de áreas protegidas, investindo em áreas de poucos hectares. Sabendo de suas limitações e capacidades, podemos então avaliar quais municípios arrecadam mais em cada critério avaliado pelo ICMS Ecológico.

O [gráfico 03](#) mostra os dez municípios que mais arrecadaram por conta de suas Unidades de Conservação, sendo elas federais, estaduais, municipais, ou particulares. Dentre eles, destacam-se Angra dos Reis, Itatiaia, e Cachoeiras de Macacu, principalmente por conta das áreas Parque Nacional

da Serra da Bocaina, Parque Nacional do Itatiaia, e Parque Estadual dos Três Picos, respectivamente.

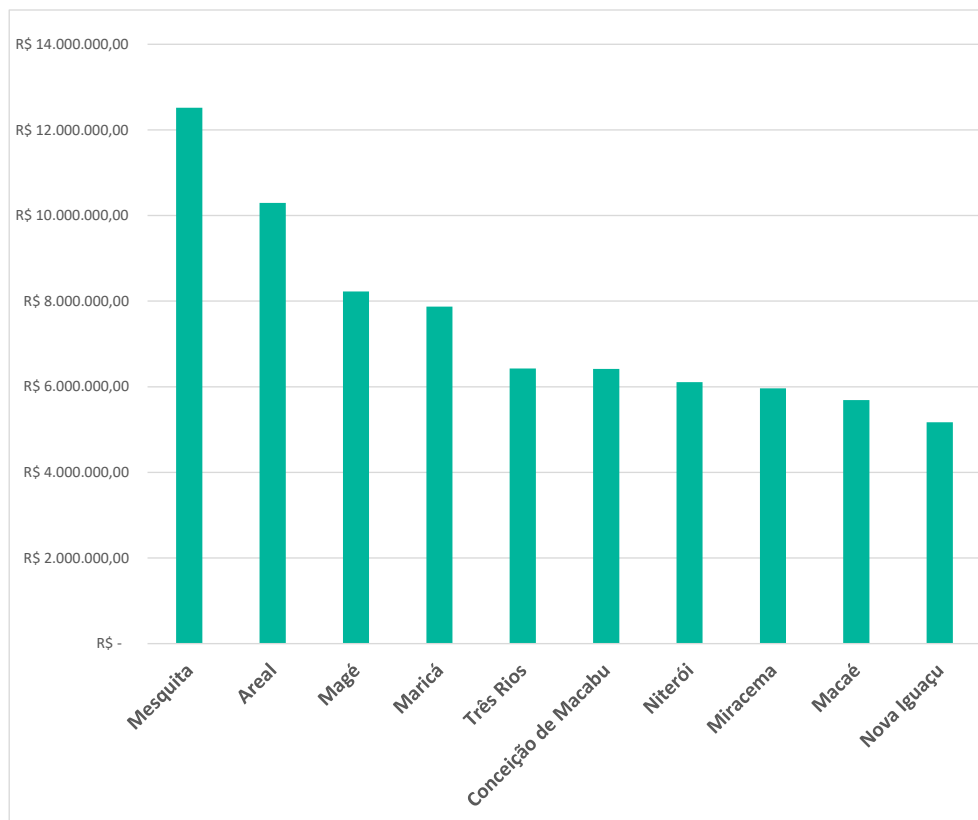
Gráfico 03 – Total das Maiores Arrecadações Municipais por Áreas Protegidas de 2012 a 2019



No caso das áreas protegidas municipais, não são os mesmos municípios que se destacam. As UCs municipais têm se multiplicado desde a implementação do ICMS Ecológico, sendo o principal tipo de investimento adotado para obter uma maior verba de repasse. Os municípios que se destacam são: Mesquita; Areal; e Magé ([Gráfico 04](#)).

Resultados

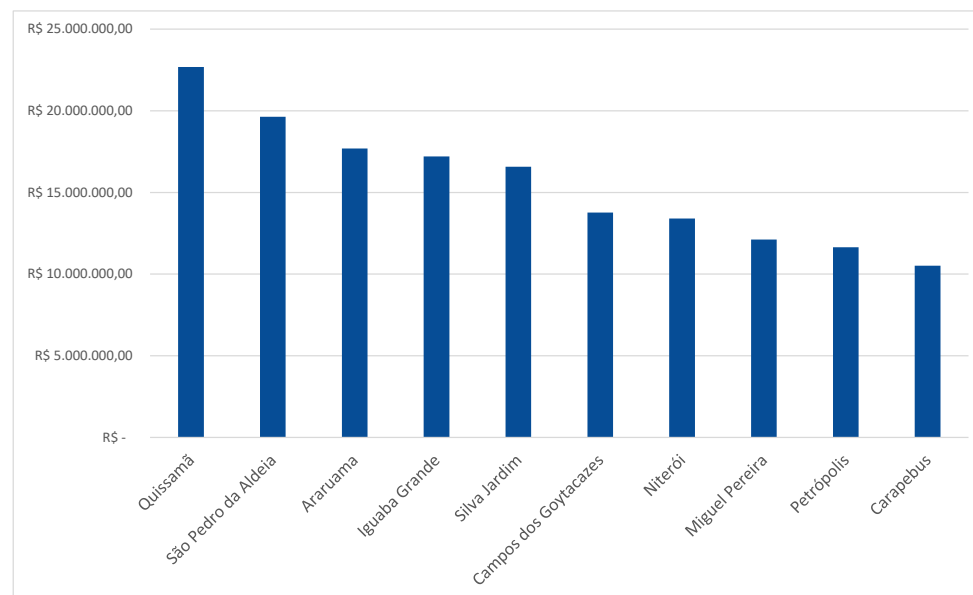
Gráfico 04 – Total das Maiores Arrecadações Municipais por Áreas Protegidas Municipais de 2012 a 2019



Para os recursos hídricos, os critérios de Tratamento de Esgoto, e Mananciais de Abastecimento diferem bastante um do outro, já que o último depende da existência ou não de bacias hidrográficas em seu território. Para o Tratamento de Esgoto (Gráfico 05),

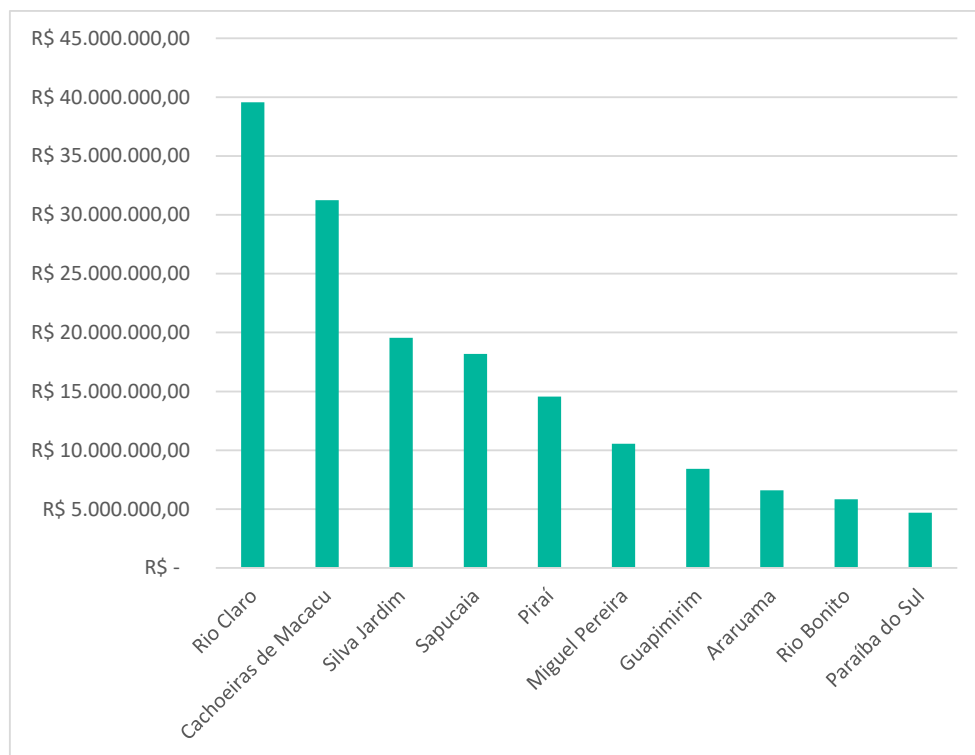
destacam-se municípios como Quissamã e São Pedro da Aldeia. Já para os mananciais (Gráfico 06), destacam-se os municípios de Rio Claro, Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim. Esses três municípios também estão entre os três primeiros no ranking geral do ICMS Ecológico, demonstrando a importância do quesito Mananciais de Abastecimento, além disso, esses municípios também são importantes gestores de Unidades de Conservação.

Gráfico 05 – Total das Maiores Arrecadações Municipais por Tratamento de Esgoto de 2012 a 2019



Resultados

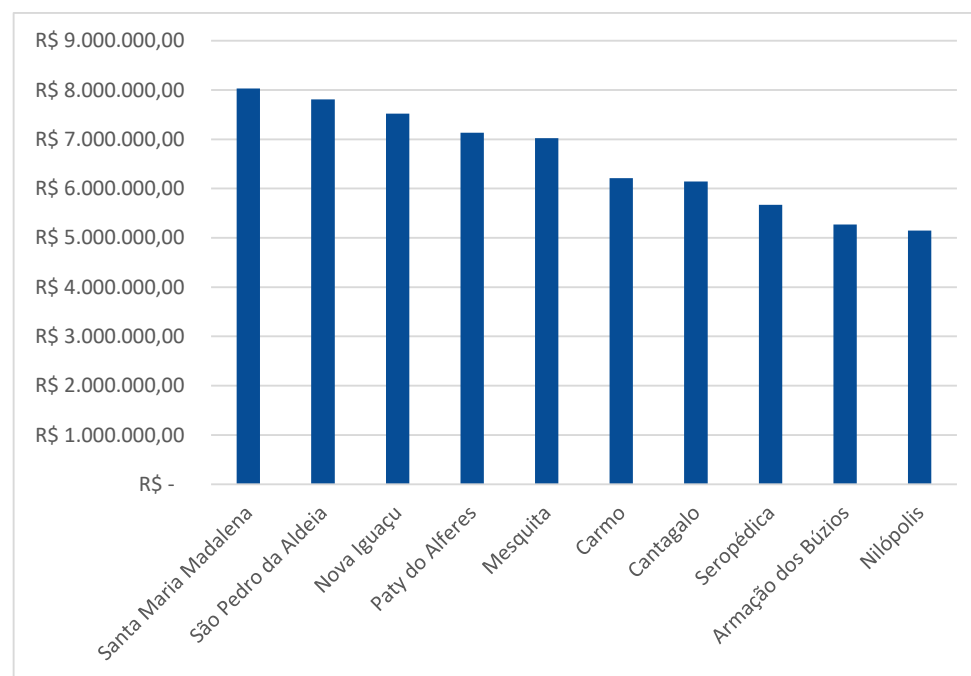
Gráfico 06 – Total das Maiores Arrecadações Municipais por Mananciais de Abastecimento de 2012 a 2019



Por último, podemos observar as maiores arrecadações nos critérios relacionados aos Resíduos Sólidos Urbanos, esses são os critérios de menor arrecadação individual, com nenhum município ultrapassando os 10 milhões. Para Destinação de Resíduos Sólidos (Gráfico 07), se destacaram as

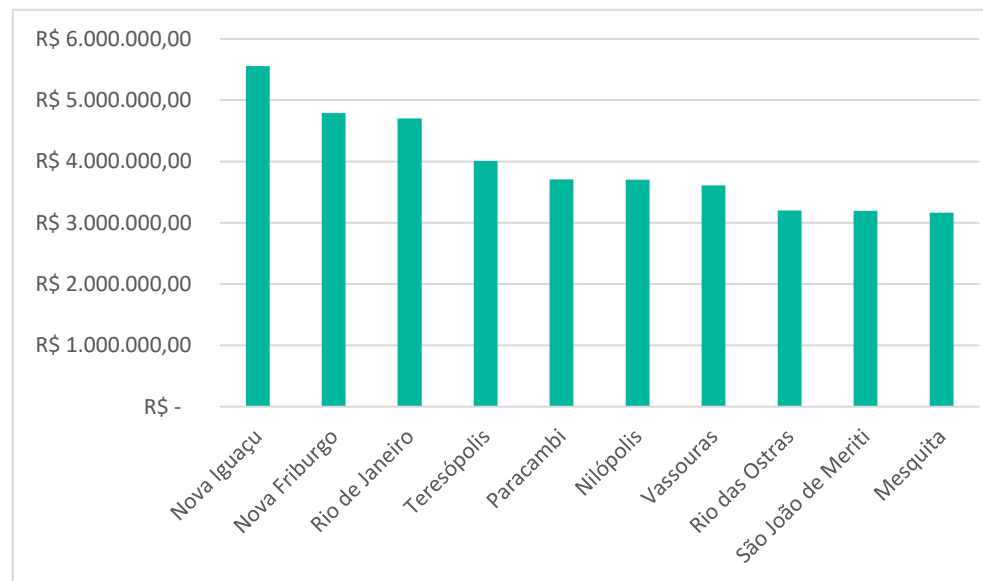
localidades de Santa Maria Madalena, São Pedro da Aldeia e Nova Iguaçu. Para Remediação de Vazadouros (Gráfico 08), destacaram-se Nova Iguaçu, Nova Friburgo e Rio de Janeiro, sendo a única categoria em que a capital esteve entre as dez maiores arrecadações.

Gráfico 07 – Total das Maiores Arrecadações Municipais por Destinação de Resíduos Sólidos de 2012 a 2019



Resultados

Gráfico 08 – Total das Maiores Arrecadações Municipais por Remediação de Vazadouros de 2012 a 2019



Conclusão

A participação dos municípios no ICMS Ecológico tem aumentado em função de uma maior conscientização ambiental, e do aumento dos valores repassados ao longo dos anos. Políticas públicas como essa são importantes para promover o desenvolvimento sustentável no estado do Rio de Janeiro, que forma um sistema complexo e urbanizado, mas mesmo assim busca maneiras criativas de manter sua biodiversidade preservada.

Cada município possui um potencial diferente para arrecadar verba de repasse do ICMS Ecológico, mas todos possuem capacidade de se destacar em alguma categoria. Cabe a eles reconhecerem suas potencialidades para perceber qual a melhor estratégia a ser adotada para aumentar suas arrecadações.

Contudo, os municípios que obtiveram os maiores repasses totais possuem uma gestão adequada em diferentes categorias, não sendo suficiente investir em apenas uma. O ICMS Ecológico visa o desenvolvimento em tópicos que permeiam não apenas a conservação ambiental, mas que também são importantes para o bem-estar e saúde da população. Dessa maneira, é necessário que os municípios invistam em uma gestão integrada das categorias avaliadas para obter maiores repasses e melhorar a qualidade de vida de seus habitantes.

Material Suplementar

Ranking 10 anos ICMS Ecológico

Posição	Municípios	Total arrecadado entre 2012 e 2019
1º	Cachoeiras de Macacu	R\$ 68.777.235,05
2º	Silva Jardim	R\$ 68.764.430,40
3º	Rio Claro	R\$ 59.099.180,77
4º	Nova Iguaçu	R\$ 44.239.008,51
5º	Miguel Pereira	R\$ 43.846.427,58
6º	Mesquita	R\$ 42.921.494,57
7º	Angra dos Reis	R\$ 42.278.472,14
8º	Quissamã	R\$ 40.977.869,09
9º	Niterói	R\$ 38.794.928,90
10º	Guapimirim	R\$ 36.862.997,47
11º	Petrópolis	R\$ 36.364.241,16
12º	Nova Friburgo	R\$ 34.919.139,59
13º	Magé	R\$ 34.818.822,33
14º	Itatiaia	R\$ 34.102.469,34
15º	Teresópolis	R\$ 32.219.946,77
16º	São Pedro da Aldeia	R\$ 30.760.353,84
17º	Rio de Janeiro	R\$ 30.186.290,36
18º	Casimiro de Abreu	R\$ 29.175.738,74
19º	Resende	R\$ 28.811.312,30
20º	Paraty	R\$ 27.786.551,39
21º	Araruama	R\$ 27.751.331,76
22º	Santa Maria Madalena	R\$ 25.644.445,65
23º	Mangaratiba	R\$ 25.444.685,99
24º	Carapebus	R\$ 24.867.010,25
25º	Paracambi	R\$ 24.501.174,99
26º	Sapucaia	R\$ 24.289.802,54
27º	Iguaba Grande	R\$ 24.121.679,86
28º	Piraí	R\$ 24.044.418,17
29º	Rio das Ostras	R\$ 22.510.472,74
30º	Armação dos Búzios	R\$ 22.263.672,98
31º	Campos dos Goytacazes	R\$ 22.209.578,79
32º	Arraial do Cabo	R\$ 21.125.752,39
33º	Areal	R\$ 21.050.837,13
34º	Duque de Caxias	R\$ 19.803.679,04
35º	Macaé	R\$ 18.494.267,10
36º	Maricá	R\$ 18.455.055,48
37º	Conceição de Macabu	R\$ 16.139.893,74
38º	Miracema	R\$ 15.903.842,05
39º	Cabo Frio	R\$ 14.076.410,59
40º	Rio Bonito	R\$ 13.156.347,81
41º	Três Rios	R\$ 12.715.243,57
42º	São João de Meriti	R\$ 12.682.457,30
43º	Macuco	R\$ 12.301.080,69
44º	São José do Vale do Rio Preto	R\$ 12.231.928,61
45º	Paty do Alferes	R\$ 11.650.573,93
46º	Itaguaí	R\$ 11.586.538,13

Posição	Municípios	Total arrecadado entre 2012 e 2019
47º	Volta Redonda	R\$ 11.585.074,09
48º	Saquarema	R\$ 11.433.098,70
49º	São Gonçalo	R\$ 10.432.220,89
50º	Nilópolis	R\$ 10.388.132,76
51º	Queimados	R\$ 10.273.824,00
52º	Japeri	R\$ 10.271.171,44
53º	Seropédica	R\$ 10.227.672,97
54º	Quatis	R\$ 10.045.270,68
55º	Vassouras	R\$ 9.209.187,50
56º	Barra Mansa	R\$ 9.055.653,52
57º	São José de Ubá	R\$ 8.953.508,63
58º	São João da Barra	R\$ 8.829.268,03
59º	Engenheiro Paulo de Frontin	R\$ 8.557.191,74
60º	Itaboraí	R\$ 8.450.755,84
61º	Rio das Flores	R\$ 8.274.717,61
62º	Carmo	R\$ 8.195.617,85
63º	Belford Roxo	R\$ 8.173.159,92
64º	São Sebastião do Alto	R\$ 7.749.502,99
65º	Laje do Muriaé	R\$ 7.617.759,29
66º	Sumidouro	R\$ 7.567.787,25
67º	Aperibé	R\$ 7.511.816,31
68º	Porto Real	R\$ 7.414.901,33
69º	Cantagalo	R\$ 7.088.569,68
70º	Barra do Piraí	R\$ 7.017.986,98
71º	Trajanos de Moraes	R\$ 6.568.362,45
72º	Cordeiro	R\$ 6.556.516,51
73º	Natividade	R\$ 6.550.303,90
74º	Pinheiral	R\$ 6.515.014,41
75º	Paraíba do Sul	R\$ 6.275.777,10
76º	Porciúncula	R\$ 5.717.420,85
77º	Tanguá	R\$ 5.664.729,08
78º	Bom Jardim	R\$ 4.980.937,37
79º	Duas Barras	R\$ 4.809.518,39
80º	Comendador Levy Gasparian	R\$ 4.397.130,53
81º	São Fidélis	R\$ 3.973.344,21
82º	Santo Antônio de Pádua	R\$ 3.789.735,37
83º	Mendes	R\$ 3.348.150,06
84º	Itaocara	R\$ 3.226.970,19
85º	Itaperuna	R\$ 2.895.642,38
86º	Cambuci	R\$ 2.838.481,92
87º	Bom Jesus do Itabapoana	R\$ 2.423.188,68
88º	Valença	R\$ 1.934.378,06
89º	Cardoso Moreira	R\$ 1.932.396,39
90º	Italva	R\$ 1.390.583,41
91º	Varre-Sai	R\$ 920.704,89
92º	São Francisco de Itabapoana	R\$ 904.324,33

